

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Nº:2021/20Emitida em:
03/08/2021 às 14:39:08Competência:
03/08/2021Código de Verificação:
24001f0c

CARVALHO E BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CPF/CNPJ: 33.507.928/0001-16

Inscrição Municipal: 1147754/001-0

AVE DOS BANDEIRANTES, 74, APT 302, Sion - Cep: 30315-422

Belo Horizonte

MG

Telefone:

Email:

**Tomador do(s) Serviço(s)**

CPF/CNPJ: 025.051.016-20

Inscrição Municipal: Não Informado

FREDERICO BORGES DA COSTA

PRAÇA CARLOS CHAGAS, 49, 901, SANTO AGOSTINHO - Cep: 30120-020

Belo Horizonte

MG

Telefone: Não Informado

Email: Não Informado

Discriminação do(s) Serviço(s)

SERVIÇOS CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA MÊS 07/2021

Valor aproximado dos tributos: 7%

Código de Tributação do Município (CTISS)

1714-0/01-88 / Advocacia

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:

17.14 / Advocacia.

Cod/Município da incidência do ISSQN:

3106200 / Belo Horizonte

Natureza da Operação:

Tributação no município

Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional

| Valor dos serviços: | R\$ 8.000,00 | Valor dos serviços: | R\$ 8.000,00 |
|--------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|
| (-) Descontos: | R\$ 0,00 | (-) Deduções: | R\$ 0,00 |
| (-) Retenções Federais: | R\$ 0,00 | (-) Desconto Incondicionado: | R\$ 0,00 |
| (-) ISS Retido na Fonte: | R\$ 0,00 | (=) Base de Cálculo: | R\$ 8.000,00 |
| Valor Líquido: | R\$ 8.000,00 | (x) Alíquota: | - |
| | | (=) Valor do ISS: | - |

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.



Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP



RECIBO

Recebi de Frederico Borges da Costa, Deputado Federal Fred Costa, inscrito no CPF sob o n° 025.051.016-20, a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Os valores são relativos aos serviços de consultoria e assessoria jurídica prestados do dia 01 de julho de 2021 a 31 de julho de 2021, atestado pela Nota Fiscal n° 20/2021, nos termos do contrato celebrado entre as partes e especialmente conforme abaixo:

✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Câmara Federal de n°s: PL 61/2019, PL 2717/2019, PL 45/2019, PL 46/2019, PL 50/2019, PL 59/2019, PL 54/2019, PL 44/2019, PL 43/2019, PL 56/2019, PL 60/2019, PL 51/2019, PL 57/2019, PL 41/2019, PL 710/2019, PL 62/2019, PL 42/2019, PL 753/2019, PL 58/2019, PL 48/2019, PL 49/2019, PL 53/2019, PL 47/2019, PL 2031/2019, PL 4254/2019, PL 4898/2019, PL 4940/2019, PL 4964/2019, PL 4841/2019, PL 5400/2019, PL 6072/2019, PL 6243/2019, PL 6319/2019, PL 6461/2019, PL 6494/2019, PL 1161/2020, PL 1115/2020, PL 1527/2020, PL 2397/2020, PL 2730/2020, PL 2938/2020, PL 4102/2020, PL 4103/2020, PL 4206/2020, PL 4438/2020, PL 5291/2020, PL 5292/2020, PL 5481/2020, PL 582/2021, PL 1068/2021, PL 1067/2021, PL 1355/2021, PL 1494/2021, PL 1495/2021, PL 1950/2021, PL 1797/2021, PL 1904/2021, PL 1920/2021, PL 2119/2021, PL 2204/2021, PL 2207/2021.

✓ Acompanhamento da tramitação das Propostas de Emenda a Constituição - PEC nº 200/2019 e PEC nº 10/2021 de autoria do Deputado Fred Costa e outros.

✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Assembleia Legislativa de Minas Gerais de nºs: PL 5083 2018, PL 4915 2018, PL 4451 2017, PL 4262 2017, PL 4063 2017, PL 3418 2016, PL 3416 2016, PL 3415 2016, PL 3414 2016, PL 3412 2016, PL 3403 2016, PL 3265 2016, PL 2930 2015, PL 2855 2015, PL 2854 2015, PL 2843 2015, PL 2835 2015, PL 2717 2015, PL 2170 2015, PL 1700 2015, PL 1481 2015, PL 1325 2015, PL 1306 2015, PL 1305 2015, PL 1287 2015, PL 1233 2015, PL 925 2015, PL 854 2015, PL 814 2015, PL 801 2015, PL 558 2015, PL 526 2015, PL 512 2015, PL 511 2015, PL 506 2015, PL 490 2015, PL 468 2015, PL 369 2015, PL 343 2015, PL 337 2015, PL 335 2015, PL 325 2015, PL 322 2015, PL 247 2015, PL 207 2015, PL 198 2015, PL 197 2015, PL 182 2015, PL 181 2015, PL 131 2015, PL 130 2015, PL 109 2015, PL 105 2015, PL 96 2015, PL 87 2015, PL 86 2015, PL 80 2015, PL 69 2015, PL 66 2015, PL 65 2015, PL 57 2015, PL 52 2015, PL 21 2015, PL 20 2015.

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 12/2021 que *“Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para dispor sobre a licença compulsória de patentes nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 2646/2020 que *“Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da PEC 397/2017 que *“Acrescenta o art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 709/2021 que *“Transforma cargos de Juiz de Direito em Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e altera a redação do caput do Art. 2º da Lei 13.049, de 2 de dezembro de 2014.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 2112/2021 que *“Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão, como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente ou com comorbidades, além daquelas privadas de liberdade.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PDL 292/2021 que *“Susta os efeitos do art. 38 da Portaria GM/MS nº 1.263, de 18 de junho de 2021.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 2336/2021 que *“Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para modificar as regras relativas ao direito de arena sobre o espetáculo desportivo.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5516/2019 que *“Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das*

entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).”

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 827/2020 que *“Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 385/2021 que *“Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional; e dá outras providências.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 1360/2021 que *“Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4*

de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.”

✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 1051/2021 que *“Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera as Leis n°s 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 13.703, de 8 de agosto de 2018, 10.209, de 23 de março de 2001, 5.474, de 18 de julho de 1968, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 1613/2021 que *“Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 9/2021 que *“Institui o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger, a ser concedido, anualmente, pela Câmara dos Deputados.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 5/2020 que *“Institui o Prêmio Medalha Amigo da Primeira Infância.”*

✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5213/2020 que *“Altera o art. 1º da Lei n° 13.960, de 19 de dezembro de 2019, a fim de postergar para o período de 2021 a 2022 o Biênio da Primeira Infância do Brasil, originalmente instituído no período de 2020 a 2021.”*

Através do presente, outorgo geral e plena quitação da quantia mencionada e recebida.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

LUCIANA ANTONIA BARBOSA:88406709634 Assinado de forma digital por LUCIANA ANTONIA
BARBOSA:88406709634
Dados: 2021.08.10 19:06:19 -03'00'

Carvalho e Barbosa Advogados Associados - CNPJ: 33.507.928/0001-16

Sócia Administradora Luciana Antônia Barbosa – OAB/MG: 120.733